

Planejamento Escolar Reflexões Acerca de sua Materialidade

School Planning: Thoughts Concerning Its Materiality

Soraia Chafic El Kfouri Salerno^{a*}; Eber Moreno Vieira^a; Dieime de Souza Botareli^a

^aUniversidade Estadual de Londrina. Londrina, PR

*Email: soraiakf@gmail.com

Resumo

Por meio do presente artigo objetivamos apresentar algumas formas em que o planejamento escolar se relaciona com o planejamento para o trabalho. Procuramos delimitar os conceitos essenciais que permeiam o termo ‘planejar’, para em seguida apresentarmos algumas possibilidades de se construir o planejamento, levando em consideração a continuidade e integração dos sujeitos que fazem parte de sua elaboração e execução no contexto escolar. Apresentamos algumas peculiaridades acerca do planejamento concernente à esfera escolar abordando quatro princípios que consideramos mais relevantes dentro de um processo que envolve os sujeitos da educação. Tratamos sobre o planejamento coletivo e a participação democrática da comunidade escolar no projeto político pedagógico de uma forma geral e por fim, do planejamento do professor em sala de aula, de uma forma particular. Em todos os contextos, procuramos demonstrar por meio de exemplos, que o planejamento está intrinsecamente ligado ao seu humano. Este trabalho é fruto de discussões do projeto de pesquisa GAPEq, desenvolvido na Universidade Estadual de Londrina - PR, o qual resulta de uma pesquisa de cunho qualitativo, onde utilizou-se de referenciais teóricos que tratem do assunto, bem como de observações da realidade. Objetiva-se o reconhecimento da materialidade do contexto em que o planejamento educacional acontece reconhecendo-o como elemento importante na atuação de profissionais da educação. O planejamento escolar perde seu sentido se for visto de maneira neutra e sem valor político agregado, pois planejar envolve reflexão, tomada de decisões, intencionalidade clara para promover a integração dos profissionais voltados para uma ação profissional qualificada.

Palavras-chave: Planejamento. Trabalho. Educação.

Abstract

Through this article we aim to present a few ways in which school planning is related to work planning. We tried to bound the essential concepts that permeate the term “planning” in order to present some possibilities to construct planning, considering the continuity and integration of individuals who are part of its elaborations and accomplishment in the school context. We present some peculiarities about planning concerning school context by approaching 4 principles we consider the most relevant in a process that involves the individuals of education. We generally deal with the collective planning and democratic participation of school community in the pedagogical and political planning, and final and particularly, with the teacher’s planning inside classroom. In all contexts, we tried to exemplify that planning is intrinsically related to the human being. This article is the result from discussions on the GAPEq project, carried out at Universidade Estadual de Londrina, which results from a qualitative research where we used theoretical references which deals with this topic, as well as empiric observations. It aimed to recognize the materiality of the context in which educational planning takes place by considering it as an important element in the practice of education workers. School planning loses its sense if it is faced in a neutral way and with no politic value, because planning involves thinking, decision-making, clear intentionality to promote the integration of professionals turned to a qualified professional practice.

Keywords: Planning. Work. Education.

1 Introdução

Com base em discussões concernentes ao planejamento escolar que se desencadearam a partir de reuniões do projeto de pesquisa Gestão Administrativa – Planejamento Educacional em Questão (GAPEq) nos levaram à pesquisar acerca dos conceitos que envolvem o ato de planejar e, ao mesmo tempo, indagarmos sobre o que realmente podemos caracterizar como planejamento geral e planejamento escolar, desde seus princípios, até as suas diferentes aplicações e suas relações com o ato de planejar o trabalho.

Compreendemos que o modo com o qual se pensa o ato

de planejar, pode interferir consideravelmente nas práticas sociais. Dentre estas práticas, estão, dentre outras, as esferas do trabalho e da educação.

Mas, antes de principiamos nossa tarefa, e conduzirmos nossas discussões, entendemos ser importante trazermos uma descrição geral do termo “planejamento”, de acordo com o dicionário Aurélio (FERREIRA, 1986, p.1343), que o define como:

1. Ato ou efeito de planejar.
2. Trabalho de preparação para qualquer empreendimento, segundo roteiro e métodos determinados; planificação: o planejamento de um livro, de uma comemoração.
3. Elaboração, por etapas, com bases

técnicas (especialmente no campo sócio-econômico), de planos e programas com objetivos definidos.

O Planejamento, de acordo com essas definições, está ou faz parte de vários contextos das vivências dos seres humanos, e pode ser intencional ou voluntário, aquele que exige certa elaboração daquele que o colocará em ação, e o planejamento não intencional ou involuntário, aquele que está intrínseco aos desígnios dos seres humanos e que é construído por suas vivências sociais e suas experiências com o meio.

Mesmo antes do nascimento de uma criança, por exemplo, seus pais, ou até mesmo alguém que o estima ou o espera, intencionalmente ou não, faz ou põe se a fazer algum tipo de planejamento especificamente direcionado para aquela ou por causa daquela criança.

Outro exemplo que pode ser tomado nesse mesmo contexto, é durante uma gestação, há um planejamento que envolve todos os tipos de acompanhamento compreendidos nesse período, tendo como objetivo garantir o bom andamento do desenvolvimento do feto até o seu nascimento. Após o nascimento, o planejamento muda sua lógica, mas ainda continua presente.

Conforme Silva (1964), o planejamento está placentariamente unido a todo esforço humano que venha a se desenvolver na realização de quaisquer propósitos públicos ou particulares.

Harlow Person (*apud* SILVA 1964) afirma que o planejamento começou com o primeiro ser humano e desde então, permaneceu simples prática natural de todos os indivíduos e grupos. Com base nesta definição, podemos inferir que o ato de planejar faz parte do processo histórico e de formação do ser humano.

O ato de planejar encontra-se intrínseco aos desígnios do ser humano e está imanentemente ligado aos fazeres cotidianos. O simples fato de pensar antes de agir significa estar planejando a ação. Isso acontece a todo o momento em nossas tarefas e afazeres diários, mesmo sem percebermos, ou seja, involuntariamente.

Outro exemplo de planejamento involuntário a que podemos citar, é o caso de um indivíduo que para atravessar a rua, coloca-se a beira da calçada, olha em ambas as direções (direita e esquerda), com intuito de verificar se não há fluxo de trânsito, e só depois de ter observado e verificado que a travessia será segura, é que poderá atravessar. Eis aí uma situação em que esteve presente um planejamento, sendo que mesmo numa ação onde o planejar está imperceptível, ele ainda se faz presente.

Ao longo de um dia de trabalho, por exemplo, um representante de vendas pode fazer um roteiro de trabalho, objetivando visitar seus clientes e executar seu trabalho, de forma que, devido ao ato de delimitar o seu itinerário e delinear o seu caminho gastará menos tempo e conseguirá visitar mais clientes do que se o fizesse a esmo. Assim, podemos dizer que se não houvesse um planejamento (mesmo que simples),

provavelmente esse sujeito não teria executado suas tarefas num espaço de tempo suficiente para atender a todos os seus clientes. Dessa forma, podemos caracterizar o ato de pensar e agir o trabalho como uma forma de planejamento que aconteceu voluntariamente.

Millet (*apud* SILVA 1964), explica que o planejamento é algo que atinge todos os aspectos da vida humana e diz respeito a todas as fases da atividade que o homem participa, seja individualmente, ou como parte de um grupo organizado.

O homem é um ser que age buscando aperfeiçoar sua ação pela insatisfação que permeia sua existência, seja no trabalho, na escola, em sua vida social, ou em qualquer outro momento em que a ação esteja presente. Por este motivo, neste estudo buscamos discutir o planejamento no campo profissional, com vistas ao sujeito que deliberadamente age com intuito de qualificar sua ação.

Compreendemos que a busca por uma ação qualificada permeia a atuação de profissionais tanto na esfera do trabalho como da educação, assim, o planejamento torna-se uma ferramenta essencial para a mobilização de uma ação profissionalizada de âmbito político, técnico, teórico e científico, que requer continuidade e integração.

De maneira geral objetivamos buscar esclarecimentos sobre o ato de planejar, tendo em vista a necessidade de estabelecer critérios e objetivos claros no planejamento escolar, considerando que o planejamento, em suas várias dimensões, seja o momento oportuno para discutir e traçar novas práticas educativas que contribuam de forma significativa para a formação social do homem.

Nosso trabalho é estruturado por uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo. De acordo com Severino (2007), a pesquisa bibliográfica se caracteriza pela realização a partir de registros disponíveis em documentos e diferentes fontes, decorrentes de pesquisas anteriores, em que, aquele que está a pesquisar se utiliza de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas e devidamente registradas por outros pesquisadores, o que em nosso trabalho, tem a finalidade de qualificar o conceito e a aplicação do planejamento.

2 Desenvolvimento

2.1 Planejamento, continuidade e integração

O planejamento intencional ou voluntário, independente de seu lócus, remete a um processo contínuo e integrado, que surge com o estabelecimento de objetivos, no qual podem estar envolvidas relações coletivas ou individuais, e que geralmente, visam o cumprimento de metas.

Nesse sentido, o propósito do ato de planejar está intrinsecamente ligado ao ato de pensar. Pensar no sentido de buscar e estabelecer os melhores meios de se realizar uma tarefa ou para alcançar determinadas metas pré-estabelecidas.

Em outros termos, podemos tratar o planejamento como a organização prévia ou forma de orientar o “caminho a ser trilhado”, visando à concretização de maneira organizada

daquilo que foi almejado. No âmbito educacional, por exemplo, o planejamento precisa acontecer antes do ano letivo, antes e durante as atividades-aula, e ao fechamento das etapas e processos de ensino, pois, cada fase do processo escolar exige um novo plano. Este novo plano precisa ser construído levando em conta os planos anteriores, as necessidades que surgiram no decorrer do processo, os fatos atuais e as metas futuras. São estes aspectos que tornam o planejamento um processo contínuo.

Ao considerarmos a escola como uma instituição em que os saberes transitam do coletivo para a coletividade, ou seja, do conjunto de educadores para os conjuntos de alunos, precisamos também entender que para que o planejamento seja um processo funcional e ininterrupto, é necessário promover a integração dos profissionais que compõem a organização escolar em favor dos alunos. Por este motivo, o planejamento escolar precisa ser integrado para que também possa ser contínuo.

Para Salerno (2007), o planejamento se refere a um dinamismo que deve expressar as relações sociais dos que o executam e/ou dele participam, portanto, deve estar aberto a reformulações que manifestem necessidades, tensões, relações de forças e outras; logo é uma atividade humana que agrega valor de uso, neste contexto de usufruto do e no seu trabalho.

O planejamento só tem sentido pelo reconhecimento de ser uma atividade humana integrada, com valor político agregado, pois com uma intencionalidade explícita produz valor a coletividade.

2.2 Planejamento e escola

O Planejamento Escolar ou Planejamento da Escola, de acordo com Libâneo (2005), diz respeito à atividade de previsão da ação a ser realizada, implicando definição de necessidades a atender, objetivos a atingir dentro das possibilidades, procedimentos e recursos a ser empregados, o tempo de execução e as formas de avaliação.

O planejamento no contexto referido envolve processos de organização das ações das metas educacionais. Assim, fica claro que todos os objetivos da escola carecem de planejamento prévio, que deve ser pensado de acordo com as necessidades e a realidade do ambiente em que ele está sendo ou que será construído.

Podemos abordar quatro princípios relevantes dentro de um processo de planejamento escolar. O primeiro deles consiste em considerar que, se estamos, ou se nos colocamos a planejar algo, precisamos primeiramente definir os objetivos, pois este deve ser o ponto fundamental que remete à partida do processo, e elemento norteador do planejamento. No entanto, para definirmos os objetivos, precisamos ter clareza dos fins educacionais.

O segundo princípio consiste em conceber o planejamento como orientador organizacional da escola. Nesse sentido, o planejamento precisa ser definido tomando como referência

a relação entre educação e sociedade. Considerando também que planejar não é partir do nada para o impossível, mas, é partir do necessário para o possível. Em outras palavras, é necessário considerar os instrumentos disponíveis para, com responsabilidade e objetividade, galgar as metas da educação, que no âmbito geral, é o ensino.

Pelos motivos apresentados, tentamos esclarecer que, ao elaborarmos, ou antes, de executarmos um plano, é necessário um objetivo. Para definir um ou mais objetivos, é necessário pesquisar. Antes de pesquisar, é preciso conhecer a realidade dos sujeitos para o qual o planejar se constituirá (nesse caso, de dentro para fora - os alunos, a comunidade escolar e a escola).

Assim, considerando o cumprimento de tais etapas, e após uma avaliação prévia criteriosa sobre os dados levantados, é que poderemos elaborar e estruturar o plano.

Tais aspectos são confirmados por Gandin (1995, p.22), quando explica que o planejamento deve ser elaborado com vistas a:

[...] decidir que tipo de sociedade e homem se quer e que tipo de ação educacional é necessária para isso; verificar a que distância se está deste tipo de ação e até que ponto se está contribuindo para o resultado final que se pretende; propor uma série orgânica de ações para diminuir esta distância e para contribuir mais para o resultado final estabelecido; Executar - agir em conformidade com o que foi proposto e; Avaliar - revisar sempre cada um desses momentos e cada uma dessas ações, bem como cada um dos documentos deles derivados.

O terceiro princípio, diz respeito ao planejamento como um processo contínuo, no sentido de avançar, progredir. Um processo que envolve a subjetividade e as relações entre os sujeitos da ação, portanto, torna-se necessário considerar que o planejamento em suas variadas formas está suscetível a erros e, portanto, mudanças.

Para melhor esclarecer nossa proposição, podemos exemplificar com o caso de um professor de Educação Física que elaborou um plano de aula para uma atividade de “esportes de aventura” em uma área aberta e por motivos climáticos não foi possível efetivar seu plano de aula, desta forma, podemos naturalmente considerar que o planejamento deu errado. Nesse sentido, consideramos que a correção do erro pode ser imediata, e irá depender exclusivamente da criatividade do professor para replanejar e reelaborar uma atividade em que os alunos não deixem de aprender algo. De outra forma, se considerarmos a possibilidade desse professor ser um sujeito que planeja suas ações, devemos considerarmos também que ele poderia ter pensado de antemão na possibilidade de clima desfavorável, e dessa forma, ter construído um plano de aula alternativo.

O quarto princípio a ser abordado no planejamento, é que este deve ser elaborado de forma dialógica, pois ao ser colocado em ação, será mais bem aceito se tiver sido construído coletiva e democraticamente, e, por consequência,

maiores serão as chances de se encontrar saídas para as possíveis dificuldades da escola, e de alcançar seus respectivos objetivos. Trataremos com mais acuidade sobre este princípio no próximo capítulo deste artigo.

Conforme Paro (1999), se o desejo dos educadores estiver a favor de uma sociedade de indivíduos emancipados que possam vivenciar a liberdade, será de fato necessário, colocar em prática situações nas quais as pessoas possam discutir, possam falar daquilo que lhes é comum em prol de organizar os ambientes em que vivem. Um destes ambientes é a escola. Neste sentido é que a democracia se torna mediação para a liberdade.

O planejamento escolar deve ser realizado na esfera local considerando os aspectos e influências da esfera global, envolvendo e integrando professores, alunos, zeladores, secretários, bibliotecários, direção, enfim, toda a comunidade escolar e extra escolar¹. Precisa ser um processo interativo, por meio do qual, ambos, professor e alunos, aprendem sobre si e sobre a realidade escolar onde estão inseridos.

Concordamos com Libâneo (2005), quando trata do planejamento escolar como aspecto global da escola, permeado por reflexões e decisões sobre sua organização, e identifica o planejamento como um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar com a problemática do contexto social, ou seja, a integração é inerente ao planejamento.

Tratamos aqui de planejamento na esfera global e na esfera educacional. No entanto, faz-se necessário elucidarmos que ao elaborar um planejamento educacional, da mesma forma com a qual poderíamos estar elaborando qualquer outro tipo de planejamento, devemos ter uma visão sistêmica. Quando nos referimos à ‘visão sistêmica’, estamos nos reportando a um todo, mas, composto de partes diferenciadas que se inter-relacionam umas com as outras, formando um conjunto que possui finalidades específicas.

De outra forma, podemos também dizer que o planejamento, além de um processo integrado, deve ser mais que um simples agregado de planos, funções e projeções. O planejamento precisa ser abrangente e considerar a organização para qual ele se propõe de forma generalizada.

Do local ao global, o planejamento situa-se numa perspectiva de construção na rede de influências sociais, econômicas, políticas e culturais, num jogo de redefinição constante (SALERNO, 2007). O local imediato de trabalho passa pela compreensão do cenário externo, bem como de sua condição de inacabado. Considerando o que defende a autora, quando se trata de planejamento escolar já elaborado e colocado em prática, reafirmamos que é necessário considerar que o plano não deve ser considerado como algo pronto e acabado, mas, precisa ser caracterizado como um

processo ordenado e passível de revisão, tanto por aqueles que o concebem como por aqueles que o colocam em ação. Tais atitudes poderão permitir aos sujeitos do processo a oportunidade de rever suas posições, avaliar suas práticas e quando for necessário e oportuno, transformá-las.

2.3 Planejamento, educação e trabalho

A vida do homem enquanto um ser social e ativo é constituída por uma constante elaboração e reelaboração de planos, projetos e projeções. Nesse contexto para compreendermos a dimensão espaço temporal no qual o homem se faz homem a partir de suas relações sociais e produtivas faz-se necessário o conhecimento dos processos históricos que se dão na relação entre o homem e o trabalho. Esse entendimento nos possibilitará uma retrospectiva do desenvolvimento sócio-histórico do homem em um desenrolar temporal.

Sendo assim, por meio de reflexões apresentadas por Saviani (1991), Severino (2001) e Hespanha (1982), pretendemos abordar sucintamente sobre o homem, enquanto espécie e produto do desenvolvimento sócio-histórico.

Temos que, desde o período primitivo até a contemporaneidade há uma indissociabilidade entre homem e natureza, assim, o que muda de um período para o outro é o modo como o sujeito se relaciona com a natureza.

É importante destacar que ao abordarmos a relação homem-natureza, não podemos deixar de reportar a categoria trabalho e educação, tendo em vista a dialética existente entre esses quatro eixos, homem-natureza-trabalho e educação que uma vez condensados formam um amálgama que configura a totalidade humana.

De acordo com Hespanha (1982), no período paleolítico o homem *neanderthal* vivia da colheita de frutos, da pesca, da caça, inteiramente dependente do meio físico e natural, nessa época, o homem extraia da natureza o que era necessário a sua subsistência e agia de acordo com seus instintos de sobrevivência. As atividades do homem na natureza eram praticamente inexistentes, as relações entre os indivíduos e a solidariedade dos grupos estavam exclusivamente dependentes dos estímulos físicos e biológicos.

O que podemos interpretar com esse *modus vivendi* dos homens primitivos, é que mesmo que de forma subjetiva, o trabalho sempre esteve intrínseco aos fazeres dos homens, desde sua gênese, nesse sentido, mesmo que de uma forma menos elaborada, o homem já fazia algum tipo de planejamento, em que seu objetivo era prover meios para sua subsistência.

O homem passa pelo processo de hominização a partir do momento em que começa a transformar a natureza por meio de sua ação. De acordo com Saviani (1991), no lugar

¹ Entenda-se extra escolar como: família dos funcionários, enfim, membros da comunidade escolar.

de adaptar-se a natureza, o homem começa adaptar a natureza a si. E é por meio do trabalho que a espécie *Homo sapiens* nasce, evolui e continua a transformar e a transformar-se com a fim de produzir e reproduzir sua existência.

Para entendermos como se dá a dialeticidade homem-natureza-trabalho, é necessário compreendermos a natureza da educação. Saviani (1991) elucida sobre a ideia de que a Educação é um fenômeno próprio dos seres humanos, e explica que para compreender a natureza da educação, se faz necessário compreender a natureza humana. O que distingue o homem dos outros animais é o trabalho, e o que permite tal distinção é a capacidade do homem de projetar mentalmente o propósito de sua ação. Em outros termos, o pensamento, a linguagem e o trabalho são aspectos que diferenciam o homem do animal, pois, enquanto o animal age instintivamente, o homem pensa e repensa a sua ação conforme julgar necessário. Essa capacidade de antecipar o pensamento compõe a categoria de trabalho não-material, e é nessa modalidade de trabalho que se situa a educação.

A esse respeito, Severino (2001, p.67), explica que “a educação, é um investimento inter-geracional com o objetivo de inserir os educandos nas forças construtivas de trabalho, da sociabilidade e da cultura”.

Conforme os conceitos apresentados por Saviani (1991), compreendemos que a construção da existência do homem, e o seu modo de subsistência se dão a partir de sua atividade na natureza, transformando-a e moldando-a para si e para os demais do seu meio.

De acordo com Marx (1988), essa construção da existência do homem, se dá a partir da interrelação entre os homens, mediatizados pelo mundo, em um momento histórico e local determinados. Nesse contexto os homens vão estabelecendo relações de produção (necessárias), que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais.

De acordo com o exposto por Saviani (1991), Severino (2001) e Marx (1988), fica evidente que independente do contexto histórico, o sujeito se constrói nas relações que estabelece no decurso de sua existência, e se desenvolve de acordo com as relações sociais que constrói com o grupo a que pertence. Nesse sentido, a tarefa fundamental da educação, como prática institucionalizada, é de socializadora do saber elaborado, é também, um instrumento que irá contribuir para a integração do homem no tríptico universo do trabalho (relações de produção), da sociedade (sociabilidade) e da cultura.

Segundo Pajares e Olaz (2007) as pessoas planejam linhas de ação, preveem as consequências prováveis dessas ações, estabelecem objetivos e desafios pessoais, de modo que possam motivar orientar e regular as suas atividades. É por causa da capacidade de planejar estratégias alternativas que podem prever as consequências de um ato, sem chegar a executá-lo.

Podemos concluir este capítulo, voltando-nos a concepção

de trabalho humano, em que Marx (1988) coloca a questão sobre o fato de que o animal também produz trabalho, explicando da seguinte forma:

A aranha realiza operações que lembra o tecelão, e as caixas suspensas que as abelhas constroem envergonham o trabalho de muitos arquitetos. Mas até mesmo o pior dos arquitetos difere, de início, da mais hábil das abelhas, pelo fato de que, antes de fazer uma caixa de madeira, ele já a construiu mentalmente. No final do processo do trabalho, ele obtém um resultado que já existia em sua mente antes de ele começar a construção. O arquiteto não só modifica a forma que lhe foi dada pela natureza, dentro das restrições impostas pela natureza, como também realiza um plano que lhe é próprio, definindo os meios e o caráter da atividade os quais ele deve subordinar sua vontade.

2.4 O planejamento coletivo e a participação democrática no projeto pedagógico

Na escola, para que a participação da coletividade realmente aconteça de forma efetiva, faz-se necessário que o planejamento do Projeto Pedagógico seja também pensado coletiva e democraticamente. Nesse sentido, a gestão da escola não deve ser pensada de forma compartimentada onde uma minoria pensa e decide, e a maioria somente executa, em outras palavras, não deve existir uma ruptura entre o pensar/planejar e o fazer/agir em nenhum caso ou condição profissional dentro da instituição - escola.

Da mesma forma, sua fundamentação não pode ser arraigada à ideia geral da centralização das tomadas de decisão somente voltadas à figura do ‘diretor/gestor(a)’. De acordo com Libâneo (2005, p.102).

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas, estrutura e organização e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade, e favorece uma aproximação.

Apesar de muitos funcionários não estarem envolvidos diretamente com o processo pedagógico, eles podem fornecer o suporte necessário para que este processo se desenvolva, considerando também que os mesmos são parte constituinte da estrutura e do cotidiano da escola. Pensando assim, nada mais justo do que sua participação efetiva nas discussões, reuniões e planejamentos concernentes aos fazeres da escola.

Para elucidar sobre o contexto acima, podemos exemplificar com a situação de uma cozinheira (merendeira da escola), que provavelmente, segundo nosso entendimento, seja a única ou a mais capacitada a opinar com propriedade, na construção do planejamento no que diz respeito a quantidade de ingredientes necessários para preparar a merenda durante cada período, dia, semana, mês ou durante todo o ano letivo. Pelas condições de experiência cotidiana, a cozinheira terá, provavelmente, muito mais preparo para o assunto do que o diretor(a) ou qualquer outro membro da secretaria que não

esteja ligado diretamente ao cotidiano e aos fazeres da cozinha da escola, para tratar de quantidades e até de qualidade de alimentos. Tanto a noção de quantidade como a de qualidade fazem parte de seus ‘fazeres diários’, então, nesse caso, não caberia a nenhuma outra pessoa, determinar a quantidade de merenda que deveria ser servida para determinado número de alunos, e sim opinar, sendo que, somente em conjunto com a merendeira é que poderia haver decisão mais acertada.

É nesse sentido, com base no exemplo anterior, que defendemos que todos devem ser incluídos na elaboração do planejamento escolar. A esse respeito Paro (1999) discorre que:

Como processo, o planejamento leva os indivíduos que dele participam a discutirem suas próprias concepções acerca do que é planejar, estabelecer suas metas, debater e escolher as melhores formas de alcançá-las. Fazendo isso, os indivíduos participam da elaboração de determinado planejamento.

Neste contexto, o ato de planejar na escola não pode ser imparcial, mecânico, ritualístico e feito apenas para cumprir questões burocráticas. Ele deve ser pensado e estudado, levando em consideração o contexto social no qual a escola está inserida, fazendo sempre que necessário um processo de coleta e seleção de informações, para que possam ser tomadas decisões com melhor discernimento.

O planejamento escolar, no que concerne ao Projeto Político Pedagógico deve partir dos conhecimentos prévios coletados e de informações variadas da realidade em questão, desta forma, evita-se o erro primitivo de confiar em “receitas de bolo”. Muitas escolas acometem-se ao erro de copiar o modelo organizacional de outras escolas sem levar em conta sua própria realidade e contexto. O que parece muito eficiente na teoria mais pouco provável de dar certo na prática. Isso porque cada realidade é distinta e possui peculiaridades impares.

Os integrantes da escola não devem cometer o engano de dividir o ato de planejar do de executar ou de por o plano em ação, da mesma forma, não podem dicotomizar o ato de pensar e fazer. Por este motivo, torna-se tão importante que o Projeto Político Pedagógico seja planejado no mesmo ambiente em que será colocado em ação.

2.5 O planejamento de aulas

O planejamento de aulas é um item imprescindível e obrigatório para o professor de qualquer que seja a disciplina. Muitos professores, principalmente os mais tradicionalistas, consideram que o plano de aula seja um ‘mal necessário’ na medida em que já foi executado e deu certo, em outras palavras, o plano que deu certo uma vez não precisa ser pensado novamente e que ainda pode ser aplicado várias vezes em várias turmas diferentes, desconsiderando os fatores tempo e espaço.

Mas, de acordo nossa concepção, na medida em que o professor que pensa de forma crítica, se preocupa em alcançar

qualidade em sua prática pedagógica, o planejamento se torna um ‘bem necessário’. Para que esse professor possa planejar sua aula, é necessário que ele leve em conta o contexto social onde a escola está inserida e a experiência dos alunos extra e intra-escolar.

Por esses motivos torna-se tão importante o diálogo, com alunos e demais professores, e a avaliação diagnóstica dos seus conhecimentos prévios ao início de cada módulo ou conteúdo. Nesse caso, a avaliação diagnóstica possibilitará averiguar o entendimento do aluno antes do início de cada atividade ou de cada processo de ensino sem correr o erro de repetir ou de ‘saltar’ algum conteúdo.

Esta modalidade avaliativa ajudará o professor a planejar atividades e fazer com que os alunos avancem em suas aprendizagens e construam novos conhecimentos.

Podemos inferir que a maioria das crianças ou parte delas já tenha ideias prévias sobre diversos temas que a escola e/ou o professor irão abordar antes mesmo de qualquer intervenção educativa - e é nesse caso que a avaliação diagnóstica se aplica. Em suma, o docente precisa pensar na heterogeneidade de seu alunado, ter ciência do nível dos seus conhecimentos, para planejar suas atividades e para que não venha a reensinar o que eles já dominam e/ou não fazer propostas passíveis de incompreensão.

3 Conclusão

O ato de planejar está intrínseco ao homem na busca da satisfação e pela sua insatisfação com intuito de interferir no meio em que vive no uso dos artefatos naturais, transformando-os.

Sendo assim, da ação espontânea à intencional, o planejamento está presente como ação humana. Neste contexto buscamos demonstrar a relevância do planejamento como prática histórica e que tem sua relevância como prática profissional no campo da educação.

Em suas dimensões no campo educacional, o planejamento é imprescindível, pois é ferramenta para instrumentalizar e qualificar a ação do profissional, tanto no campo da gestão como no campo específico da docência como proposta de uma coletividade que consciente de sua responsabilidade social, se organiza numa visão sistêmica, respaldado num processo integrado e transparente.

A qualificação profissional abarca considerar a escola como espaço de formação humana que promove práticas educacionais que visem desenvolver valores sociais pautados em uma concepção de educação democrática, inclusiva e emancipadora, cultivando a criatividade e a consciência crítica do educando, na tentativa de torná-lo sujeito de sua própria história.

O planejamento escolar é o momento oportuno para discutir e traçar novas práticas educativas que contribua de forma significativa para a formação social do homem, num processo democrático, fundamentando a educação como uma prática social, abarcando sujeitos que são integrados num

propósito educacional.

O planejamento escolar perde seu sentido se for visto de maneira neutra e sem valor político agregado, pois planejar envolve reflexão, tomada de decisões, intencionalidade clara para promover a integração dos profissionais voltados para uma ação profissional qualificada.

O processo democrático requer transparência para que uma coletividade possa agir conscientemente para os fins da instituição escolar.

Referências

FERREIRA, A.B.H. Novo Dicionário Aurélio: Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
 GANDIN, D. Planejamento como prática educativa. São Paulo: Loyola, 1995.
 HESPANHA, A.M. História das instituições: época medieval e moderna. Coimbra: Almedina, 1982.
 LIBÂNEO, J.C. Organização e gestão da escola: Teoria e Prática.

5.ed. Goiânia: Alternativa, 2005.

MARX, K. O capital. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____; ENGELS, F. A ideologia alemã. 6.ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

PAJARES, F.; OLAZ, F.. Teoria social cognitiva e auto-eficácia: uma visão geral In: BANDURA, A.; AZZI, R.G.; POLYDORO, S. (Org.). Teoria social cognitiva:

conceitos básicos. Porto Alegre: ARTMED, 2007.

PARO, V. Administração escolar: introdução crítica. São Paulo: Ática, 1999.

SALERMO, S.C. K. Administração escolar e educacional: planejamento, políticas e gestão. Campinas: Alínea, 2007.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico crítica. São Paulo: Cortez, 1991.

SEVERINO, A.J. Educação sujeito e história. São Paulo: Olho d'Água. 2001.

_____. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, B. Uma teoria geral de planejamento. Rio de Janeiro: FGV, 1964.

